

Alguns Olhares Sobre o Campo

..... José Erondy Iurkiv*

R e s u m o

Este artigo tem como objetivo discutir como a preocupação acadêmica, fundada sobre a necessidade de problematizar o mundo rural, constituiu os sujeitos rurais. Abordar-se-á as relações problemáticas de uma determinada arte historiográfica que nos anos 1950/60 constituiu o homem do campo como um sujeito a-histórico e apolítico.

Palavras-Chave: movimentos rurais, historiografia dos anos 50/60, oposição campo e cidade.

A b s t r a c t

This article has the aim to discuss how the academic preoccupations, founded on the necessity of questioning the rural world, has constitute the rural subjects. It will deal with the problematic relationship of a determined historiografic art that in the fifties and sixties constituted the country men as na a-historic and apolitical subject.

Key words: Rural moviments, Historiography of 50/60, Town and country opposition.

A posse e o uso da terra, no Brasil, ocupam significativo espaço no imaginário acadêmico, constituindo-se em preocupação de muitos pesquisadores, que se voltaram ao campo, buscando explicá-lo e interpretá-lo.

Estes estudiosos, pelo menos parte deles, quando se debruçaram em suas pesquisas, apoderaram-se de referenciais já constituídos, o que, em muitos casos, acabou conduzindo a uma representação não muito tranqüila do mundo rural brasileiro. A utilização de categorias de análises constituídas anteriormente, parece-nos, propiciava ao pesquisador um ferramental confortável, facilitando em muito a condução das pesquisas¹ sobre o mundo rural.

O uso destas categorias explicativas levou à constituição, por uma determinada arte historiográfica, do campo e do homem do campo como um não-sujeito da história. Esta arte historiográfica acadêmica os constituiu como a-históricos e apolíticos.

Nesta perspectiva, o mundo rural figurou com um lugar de desinteresse intelectual pelos problemas e potenciais presentes no meio e no homem rural, favorecendo, inclusive, a permanência de temas sem estudos, hoje, ainda, bastante obscuros na historiografia.

* Graduado em História em 1993 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, iniciou o mestrado em 1997. Profª. Orientadora: Dr.ª Joana Maria Pedro. Este artigo faz parte de um estudo mais amplo, sobre conflitos de terras envolvendo proprietários, posseiros, grileiros e Estado, no Paraná, nas décadas de 1950/60.

¹ Considerações a esse respeito podem ser lidas nos Referenciais Teórico-metodológicos da obra de: PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos**. Fpolis. Ed. da UFSC. 1990.

Esses eventos, quando obtiveram voz no meio acadêmico, foram enquadrados nas formas preconcebidas, com várias limitações, sendo que aqui recortaremos nossa análise para enfocar como o homem do campo está, neste momento, sendo representado pela academia e qual seu papel dentro dos projetos de sociedade que se propunham naquele momento e, continuam hoje, de certa forma, sendo propostos.

É claro que houve e há outras formas de interpretações, pois a multiplicidade delas é o alento da historiografia, assunto que aqui não temos nenhuma pretensão de esgotar, apenas apontar como pensaram alguns autores, às vezes, fundando linhas de análise.

O Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, ao introduzir a sua obra "História da Alimentação no Paraná"², chama a atenção para a dificuldade de se estudar o campo, que, segundo ele, constitui-se em um verdadeiro desafio, pelas raras obras historiográficas e pela dificuldade de acesso às fontes.

A escassez de obras historiográficas sobre o tema foi a primeira grande dificuldade encontrada, o que, conseqüentemente, despertou-nos uma curiosidade: qual o motivo da ausência desses sujeitos, homens e mulheres, posseiros, arrendatários, pequenos e médios produtores, trabalhadores rurais, e, também os indígenas, das preocupações acadêmicas?

Com o aprofundamento das leituras, percebemos que a historiografia brasileira deteve-se em analisar ou apenas percebeu as atividades voltadas à exportação, centradas na grande lavoura, esquecendo-se de "...grupos marginalizados do poder e do processo produtivo."³

Mantendo a análise na economia, a historiografia do açúcar e do café também não menciona outros produtos, como a erva-mate, que, nos anos próximos de 1850, ocupava espaço significativo, pois "a exportação brasileira dependia quase que exclusivamente do mate paranaense exportado pelo porto de Paranaguá".⁴

A historiografia ignorou sujeitos e atividades, principalmente na década de 1950/60, época dos grandes esquemas explicativos na história: estrutura, superestrutura, economicismo, classes; com o enquadramento da sociedade em formas preconcebidas, que eliminavam a especificidade e o sujeito.

Os grandes sistemas explicativos privilegiam o coletivo e o trabalho tidos como úteis, desprezando, além do individual, também o trabalho não produtor de renda e várias outras atividades, como a produção de gêneros alimentícios de consumo imediato, secundárias, segundo tal ponto de vista, assim como as estratégias dos indivíduos dentro destes sistemas bastantes fechados e niveladores.

A partir, principalmente, da década de 1980, novas abordagens e pesquisas aprofundadas em fontes ainda não estudadas, consideradas desprezíveis às grandes explicações, começaram a desmontar estes esquemas e destruir antigos mitos. Todavia, não sem causar polêmicas, como alerta Manolo Felinto: "Aferrados a modelos explicativos que já carregam nas costas uns bons e veneráveis 60 anos, muitos tomam com reservas aquilo

² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba. Farol do Saber. 1996. p. 11

³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no séc. XIX*, 2ª ed. S. Paulo, Brasiliense, 1995. p. 16.

⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. op. cit. p. 32.

que o recente escancaramento dos arquivos, promovidos pelos cursos de pós-graduação em história, teima em mostrar.⁵

Um dos mitos, o da não participação destes sujeitos no mercado, nem produtor, nem consumidor, grande motivo para uma determinada historiografia não os perceber, foi questionado por Carlos Roberto Antunes dos Santos⁶, que, quando foi às fontes para historicizar a alimentação no Paraná, deparou-se com uma dinâmica atividade econômica desenvolvida por pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e outros ocupantes do campo, inclusive, com interligações bastante estreitas com o mercado nacional e internacional.

A perspectiva intelectual historiográfica, que prevaleceu na academia brasileira, é predominantemente urbana, pelo menos em suas preocupações, o que, segundo José de Souza Martins,⁷ levou a um desconhecimento quase generalizado, dentro deste meio, de fatos importantes da história contemporânea do Brasil. Salienta, ele, também, que uma greve de operários, numa pequena fábrica de São Paulo, provoca uma avalanche de estudos, enquanto fatos como Canudos e Contestado permanecem ainda bastante obscuros.

Uma outra hipótese a ser considerada, na construção de representações⁸, diz respeito à filiação teórica da maioria desses pesquisadores. No caso, os de orientação marxista, e, não só os ortodoxos, tenha sido um dos motivos da ausência ou silêncio sobre o rural. Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista⁹, já afirmavam a superioridade do urbano e industrial sobre o rural e o agrário, ao definirem os países urbanos e industrializados como “civilizados” e os de economia agrária como “bárbaros”. Nesta concepção dualista, muito recorrente, ainda conforme eles, estaria a burguesia prestando um enorme favor ao homem do campo, pois ela “Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do idiotismo da vida rural”.¹⁰

A superioridade do mundo urbano e industrial, logo, também a superioridade do operário sobre o trabalhador rural, vai constituir-se em ponto comum, tanto que Osvald Spengler¹¹ irá afirmar que o mundo rural é um mundo sem história, e, só se entra na história, a partir do momento em que o sujeito se proletariza, pois uma das condições básicas para mover a história é a consciência de classe, e a aquisição da consciência só se daria com a proletarização do homem do campo.¹²

⁵ FELINTO, Manolo. **Cotidiano de Opulência e Morte**. Folha de São Paulo, Caderno Mais! 19/10/1997. p. 11

⁶ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. op. cit. p. 11.

⁷ MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. Ed. Hucitec. S. Paulo. 1993. p. 70

⁸ Estamos aqui nos referindo apenas a algumas obras, principalmente as mais citadas por estudiosos da terra e seus conflitos. Ressaltamos que, em outras áreas do conhecimento, há obras que representam bem alguns olhares sobre o campo. Na literatura, é famoso o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. A deploração do rural encontra ecos na medicina, com os folhetos ou livrinhos do Biotônico Fontoura, ou, mesmo as leituras feitas pelos partidos políticos do cotidiano rural, entre vários outros, que aqui omitimos, pela própria natureza do texto.

⁹ ENGELS, F. e MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. 5ª ed. Vozes, 1988.

¹⁰ ENGELS, F. e MARX, K. op. cit. p. 70.

¹¹ SPENGLER, Oswald. *Apud* SANTOS, op. cit. p. 08.

Lênin, preocupado em disseminar os ideais revolucionários, acreditava tanto na superioridade proletária que, além de difundir o uso do termo “camponês”,¹³ para designar os rurais, autorizou a implantação de uma política de proletarização rural com resultados catastróficos tão bem conhecidos por nós.

Seguindo um pouco adiante neste levantamento, deparamo-nos com Karl Kautsky, estudioso marxista da questão agrária, que publicou seus trabalhos na década de 1960 e 1970, e que continua reproduzindo o mesmo discurso, sendo ainda mais incisivo na desqualificação do rural. Para ele, “seus habitantes são inacessíveis e se conservam fechados à indústria, a população regrido do ponto de vista do número, da força e da inteligência, do bem estar” (...) “desaparecendo para a classe dos camponeses a possibilidade de recuperar algum dia a prosperidade.”¹⁴

De acordo com o autor, a idiotice do meio rural é tanta e o proletário urbano está num estágio tão avançado que “Tal como no fim do século XVII, terá uma vez mais que ser a população revolucionária das cidades a libertá-los e a abrir-lhes o caminho de seu desenvolvimento posterior.”¹⁵ Impulso que não faltará, ainda conforme ele, pois, todos serão conduzidos a um local onde homens “ricos e felizes” trabalharão, em abandono aos “miseráveis” escravos agrícolas e pequenos proprietários “infelizes”.

No Brasil dos anos 50 e 60, período de agitações no meio rural, a intelectualidade reunida na academia continuou reproduzindo estas pérolas, insistindo em enquadrar toda a miscelânea do meio rural nas mesmas categorias explicativas.

Os sujeitos do nosso estudo, posseiros e pequenos proprietários rurais, quando não ausentes, para poderem se enquadrar à forma explicativa, receberam a classificação de pequeno-burgueses rurais, como escreveu Carlos Marighella: “...o representante típico da burguesia rural é o posseiro ou posseante, (...) tipo de camponês rico e bem caracterizado”.¹⁶

¹² Sobre as oposições entre o mundo rural e o urbano, várias obras representam muito bem tal sentimento. Para o caso brasileiro, nesta temporalidade, consultar o livro de: BASTIDE, Roger. **Brasil, Terra de Contrastes**. 10ª ed. Difel. SP/RJ. 1954, onde o autor defende a necessidade urgente da extensão do “progresso” e demonstra a dificuldade da penetração do mundo oficial, com suas regras enormatizações nos mais finos rincões do país. O discurso higienista, modernizador, defrontava-se com a resistência do sertanejo, que apesar de viver com o estômago fermentando com a enorme quantidade de parasitas, obrigava o progresso à luta “... contra o costume tenaz, que o baixo nível de vida do caboclo mantém, de andar descalço, de ir descalço aliviar-se das necessidades nos renques de bananeiras. Os vermes entram pelos pés, depositam vermes no interior do corpo, ...” p. 248. A preocupação modernizadora é recorrente, dentro do discurso da Revolução Verde, na década de 1950, vários Estados da Federação instituem suas empresas de extensionismo rural, com o claro objetivo de tecnificar e modernizar o campo e seus ocupantes, transformando a produção de subsistência em produção mercantilizada. Sobre este aspecto, ver a Dissertação de Mestrado em História defendida na UFSC por LOHN, Reinaldo L. **Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina**. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 1997.

¹³ LÊNIN, V.I. **El Desarrollo del Capitalismo na Rússia**. Trad. José Entralgo. Barcelona, Ed. Ariel, 1974. Sobre a “invenção” do termo camponês, ver também o texto de: FALCÃO, Felipe. De Homem do Campo (sertanejo e lavrador) a Camponês – USP, 1994 – monografia de disciplina, onde o autor irá alertar para o perigo do uso dessa categoria. No nosso texto, evitamos o uso de tal categoria, pois entendemos que a mesma remete ao projeto político-ideológico de determinado segmento da sociedade, e, usando-o, estaríamos aceitando os preceitos que temos combatido.

¹⁴ KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Vol. 2. Portucalense Editora. 1972. p. 166.

¹⁵ KAUTSKY, Karl. op. cit. p. 166.

¹⁶ MARIGHELLA, Carlos. Alguns Aspectos Sobre a Renda da Terra no Brasil. In: Marighella, Carlos. (et. al.) **A Questão Agrária no Brasil/textos dos anos sessenta**. Brasil Debates. S. Paulo. 1980, p. 49.

De acordo com a informação de Carlos Marighela, estes sujeitos, mesmo que tenham que enfrentar o Estado e os latifundiários na disputa da terra apossada, seu potencial histórico e político é nulo, pois, apesar das dificuldades de se estabelecerem como proprietários, ao mesmo tempo encontrariam problemas para adquirir a sua consciência de classe, devido ao monopólio da terra. Logo, o posseiro não teria classe e nem consciência de classe, portanto, seu potencial revolucionário é nenhum, não interessando, assim, ao projeto político, que se propunha naquele momento.

A ausência do rural repete-se também no projeto político, inclusive nos partidos de esquerda, que recebiam em suas fileiras muitos membros oriundos da academia, tornando-se, até mesmo seus ideólogos, repetindo, também nesse espaço, as mesmas formulações anteriores.

Os anos 50 e 60, férteis em agitações rurais no Brasil¹⁷, fato que poderia concorrer para uma re-leitura do papel do campo na sociedade, acabaram sendo abafados pelas mesmas interpretações anteriores, agora, com a explicação de que esses movimentos eram "pré-políticos".

A visão de que o campo não estava ainda em sua fase "política" foi consagrada e muito difundida em toda a América Latina, por "leitores apressados"¹⁸ da obra de Eric Hobsbawn, *Rebeldes Primitivos*,¹⁹ e fielmente seguida por muitos estudiosos, que a usaram para explicar movimentos de ordem agrária, religiosa e também o banditismo social.

Estes estudiosos reproduziram a idéia de que os referidos movimentos não estão, e nem podem estar numa fase "política", façanha só alcançada pela superioridade do operário urbano, e que a sua reivindicação pelo acesso à terra é a grande heresia que cometem, pois, o homem do campo esquece-se da proposta maior de transformar a sociedade através da tomada do Estado.²⁰

O olhar, pelo menos, o acadêmico, em sua maioria, continua esperando a potencialidade revolucionária do campo.²¹ O campo apenas recebeu alguma reabilitação quando movimentos organizados puderam receber apadrinhamento de instituições da política tradicional. Parece-nos que, para estes, talvez seja a única forma de inserção destes sujeitos na história.

¹⁷ Os anos 50 e 60 apresentaram diversos movimentos no campo. No caso paranaense, a historiografia registra os ocorridos no sudoeste do Estado. Ver: LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense*. Biblioteca Pública do Paraná. SECE. Curitiba. 1986. Conflitos ocorreram também envolvendo grileiros. Há, ainda, a violência cotidiana e localizada, motivada pela posse da terra, à espera de pesquisas.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. op. cit. p. 52.

¹⁹ HOBBSBAWN, Eric. *Rebeldes Primitivos. Estudo das formas arcaicas de movimentos sociais nos séc. XIX e XX*. 2ª ed. Zahar ed. R. Janeiro. 1978.

²⁰ Para uma discussão mais detalhada desse tema, consultar: **Tempo e linguagem nas lutas do campo**, in: MARTINS, José de Souza. op. cit. Convém ressaltar que muitos estudos sobre a religiosidade do meio rural, que adotam o conceito de "rústico," seguem a mesma matriz teórica.

²¹ Sobre o assunto, ver a obra de: WILLIAMS, Raymond: **O Campo e a Cidade: na História e na Literatura**, S. Paulo. Cia da Letra 1989. O autor, pensador marxista, através do potencial revolucionário trará esse sujeito à História, pois segundo ele, "...os' idiotas rurais' e os 'bárbaros e semi-bárbaros' vêm sendo há quarenta anos a principal força revolucionária do mundo". p. 406.

